

Empreiteiras deram a Collor US\$ 170 milhões

■ Em depoimento à CPI, PC anuncia que entregará à Justiça relação de empresas que contribuíram para campanhas de 89 e 90

BRASÍLIA — Paulo César Farias anunciou ontem aos parlamentares da CPI do Orçamento que nesta quinta-feira, junto com sua defesa no processo sobre sonegação fiscal, entregará ao juiz Pedro Paulo Castello Branco, da 10ª Vara Federal, uma relação de todas as empreiteiras que contribuíram, segundo ele, com US\$ 170 milhões nas campanhas de 1989 e 1990. PC disse ainda que o ex-presidente Fernando Collor, além de saber quais eram as empreiteiras, indicava os políticos que deveriam receber as contribuições.

PC Farias explicou ontem que Collor não intermediava apenas contribuições das empreiteiras para os políticos, mas também dos bancos. Foi a primeira vez que PC admitiu a participação direta do ex-presidente na arrecadação de dinheiro de campanha. Quanto ao

objetivo das contribuições, o ex-tesoureiro de Collor arrematou: "Os empresários não dão dinheiro pelos belos olhos dos políticos". Sobre os políticos que receberam contribuições, disse que os nomes estão numa lista já entregue por ele dia 21 de junho ao ministro Ilmar Galvão, durante depoimento no Supremo Tribunal Federal (STF). PC Farias apontou como beneficiários os governadores de Pernambuco, Joaquim Francisco; de Alagoas, Geraldo Bulhões, e uma lista de deputados, incluindo Augusto Farias, seu irmão. Uma cópia da relação será encaminhada ainda hoje pelo STF à CPI do Orçamento.

Ao reafirmar que os dólares que arrecadou são originários de contribuições de campanha e de serviços prestados por suas empresas, PC Farias frustrou a comissão especial da CPI, que não

conseguiu fazer qualquer relação entre o que ouviu ontem e a corrupção no Orçamento. Mesmo assim, PC está convocado a depor, em data a ser confirmada pelo plenário da CPI. A comissão especial que ouviu PC foi formada pelos deputados Odacir Klein (PMDB-RS) — vice-presidente da CPI; Fernando Freire (PPR-RN), Sérgio Miranda (PC do B-MG), Luiz Salomão (PDT-RJ) e pelo senador Elcio Álvares (PFL-ES).

PC negou qualquer ligação com o esquema de corrupção no Orçamento. "O único que eu conheço é o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE)", disse, explicando que uma usina de açúcar de Fiúza contratou serviços de uma de suas empresas, a Tratoral. Paulo César Farias afirmou ainda que uma outra empresa sua, a EPC, pres-

Brasília — Luiz Antonio



PC disse à CPI que Collor indicava os políticos beneficiados

tou serviços de consultoria à empreiteira Norberto Odebrecht, em março de 90, no valor de US\$ 3,2 milhões. Ele negou que a soma se refira a pagamento de propina pela liberação de verbas.

Para ser ouvido pelos parlamentares, PC foi conduzido por um forte esquema de segurança da sala especial que ocupa na Companhia de Choque para o Quartel General da Polícia Militar. Foram mobilizados 90 soldados para um percurso de apenas 500 metros. PC usava coletes à prova de balas e o mesmo terno verde do depoimento da semana passada na 10ª Vara Federal. A conversa com os parlamentares foi filmada e gravada, por eles e por oficiais da Polícia Militar. Hoje à tarde, o prisioneiro será ouvido pelo delegado Paulo Lacerda.